

# CONEXÕES

CONEXÕES

**Educação, Comunicação,  
Inclusão e  
Interculturalidade**

Glaucio José Couri Machado

&

Maria Neide Sobral (Orgs.)

© 2009, Redes Editora

É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição na Web e outros).

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

P974p Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade /  
org. Glaucio José Couri Machado, Maria Neide Sobral. - Porto  
Alegre : Redes Editora, 2009.  
252 p. ; 21 cm.

ISBN: 978-85-61638-13-9

1. Educação a Distância. 2. Informática na Educação.  
3. Tecnologia Educacional. 4. Interculturalismo.  
I. Machado, Glaucio José Couri. II. Sobral, Maria Neide.

CDD 371.39445

Bibliotecária Responsável - Ginamara Lima Jacques Pinto CRB 10/1204

**Coordenação Editorial:**  
Guacira Gil

**Conselho Editorial:**  
Dr. Guacira Maria Gil  
Dr. José Willibaldo Thomé  
Dr. Maria Inês Côrte Vitória  
Dr. Salete Campos de Moraes

**Capa:**  
Foto de Kriss Szkurlatowski.

**Contato com autores:**  
Universidade Federal de Sergipe  
Depto. de Educação - Setor departamental III  
Av. Marechal Rondon, s/n - Jardim Rosa Elze  
CEP 49100-000 - São Cristóvão/SE - Brasil

**Redes Editora Ltda.**  
Porto Alegre, RS - Brasil

## CAPÍTULO I

### Educar e formar na sociedade multi/ intercultural: contributos para a comunicação intercultural e cidadania

Natália Ramos

#### Introdução

*É necessário assumir a diversidade e a multipertença como uma riqueza. A educação à pluralidade é não só uma protecção contra a violência, mas também um princípio activo de enriquecimento cultural e cívico das sociedades contemporâneas. Entre o universalismo abstracto e redutor e o relativismo para o qual não existem exigências superiores para além do horizonte de cada cultura particular, é necessário afirmar o direito, ao mesmo tempo, à diferença e à abertura ao universal (DELORS, 1996, p. 20).*

O aumento da globalização, dos fluxos migratórios e da multiculturalidade faz com que os Estados e as diferentes instâncias sociais sejam confrontadas com uma grande heterogeneidade linguística e cultural dos seus utentes, profissionais e cidadãos, o que exige destas a adopção de práticas, de estratégias e de políticas adequadas para fazer face a esta nova realidade social, cultural, educacional, comunicacional e política.

As transformações sociais e culturais ligadas à diversidade, interculturalidade e complexidade crescentes do tecido social têm repercussões nos diferentes sectores e agentes e impõem a educação e aprendizagem num contexto heterogéneo e global. A pluralidade e a heterogeneidade dos mun-

dos contemporâneos exigem aprender a viver a multiplicidade de pertenças e de referências não sobre a forma de dicotomias, de exclusividade e de exclusão, mas sim, sobre um modo plural, contínuo e complementar.

O pluralismo cultural e as relações interculturais fazem actualmente parte e integrarão cada vez mais os contextos social, económico, político, religioso, educativo, mediático e sanitário. Com efeito, tanto a globalização e a mobilidade das populações, como a urbanização, aumentaram sem precedentes os contactos entre as culturas e a coabitação entre diferentes grupos étnico-culturais e modos de vida contribuindo, assim, para a multi/interculturalidade das sociedades, vindo exigir mudanças e colocar desafios à educação, à gestão da diversidade cultural, à coabitação das várias culturas e à comunicação intercultural (LABAT & VERMES, 1994; WIEVIORKA, 1996).

O contexto da globalização e do multiculturalismo colocam desafios às relações entre “Nós” e os “Outros” e à alteridade (TODOROV, 1988) e proporcionam a abertura ao “longínquo”, à diferença e à multiplicidade de escolhas. Exigem uma educação onde se aprenda a viver numa sociedade plural e inclusiva, onde se “aprenda a viver juntos e a viver com os outros” (DELORS, 1996), como é destacado no Relatório da UNESCO sobre a Educação para o Século XXI.

Na actualidade, segundo dados das Nações Unidas, uma em cada trinta e cinco pessoas é migrante internacional, constatando-se que perto de 200 milhões de pessoas vivem fora dos seus países de origem, prevendo-se que em 2050 as migrações internacionais atinjam os 230 milhões. Em Portugal em 2007, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o número de imigrantes atingia os 435.736 constituindo perto de 5% da população residente.

Fontes da UNESCO indicam que 2,5 milhões de estudantes de ensino superior encontram-se a estudar fora dos

seus países de origem. Na União Europeia, no quadro do programa de mobilidade ERASMUS, programa a funcionar desde 1987, já são hoje mais de um milhão e meio de estudantes universitários (1.522.268) que durante um ou dois semestres frequentaram outras instituições de ensino superior de um dos trinta e dois países europeus participantes neste programa. Esta mobilidade educacional envolve também os professores. Dados da Comissão Europeia indicam que só em 2004/2005, mais de 20.800 docentes trocaram as suas Universidades - por curtos períodos de tempo - por outras distribuídas pelos países signatários deste acordo.

Dados do Ministério da Educação Português salientam, por exemplo, que no ano lectivo de 2003/2004, estavam inscritas nas escolas básicas e secundárias portuguesas, 81.470 crianças de origem estrangeira. Também neste país os dados do Observatório Português da Ciência e do Ensino Superior (OCES), revelam que 17.594 estrangeiros estavam inscritos no ensino superior público e privado português no ano lectivo 2004/2005.

Também a União Europeia, projecto político envolvendo 27 países e 500 milhões de habitantes com história e língua diferentes (26 línguas) e identidades sociais e culturais fortes, constitui um grande desafio político, cultural, educacional, comunicacional e, em particular, um desafio à diversidade cultural, às relações interculturais e à cidadania.

Igualmente é de destacar que, no mundo, perto de 300 milhões de pessoas, distribuídas por mais de 70 países pertencem a grupos indígenas, representando cerca de 4.000 línguas. Na América Latina, por exemplo, os 50 milhões de indígenas constituem 11% da população da região. Também, 152 países do mundo têm minorias étnicas ou grupos religiosos significativos (PNUD, 2004).

Quanto às migrações para a cidade, mais de metade da população mundial habita hoje em zonas urbanas e subur-

banas (65%) prevendo-se que em 2030, as cidades do mundo em desenvolvimento acolham 80% do total da população urbana. Esta mobilidade constitui preocupação do Conselho da Europa e da Comissão Europeia quando insistem em que é necessário promover a “Cidade Aberta e Intercultural”.

Estas realidades sociais, culturais e educacionais, exigem novos modelos conceptuais e novas políticas e estratégias de intervenção, baseados numa perspectiva global e multi/interdisciplinar centrada nos indivíduos, nas relações sociais e nos processos ambientais, culturais e políticos, capazes de gerir a diversidade cultural e de promover e harmonizar os direitos humanos e culturais, com as necessidades de educação, desenvolvimento e bem-estar de todos, crianças e adultos, mulheres e homens, grupos minoritários e majoritários. Implicam uma perspectiva sistémica e multidimensional, necessária a uma visão dinâmica e interaccionista da complexidade e da diversidade e à construção de um pluralismo comum, implicando o reconhecimento ao mesmo tempo, dos indivíduos e das culturas e a integração das representações e das práticas nos contextos educacionais, familiares, socioeconómicos, culturais e políticos em que estão inseridas.

A diversidade cultural integra cada vez mais, todos os contextos da esfera pública e esta diversidade cultural deverá ser considerada como destaca a UNESCO (2001, p. 23), na *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, artigo 3: “[...] uma das fontes de desenvolvimento, entendido não só como crescimento económico, mas, também, como meio de acesso a uma existência intelectual, afectiva, moral e espiritual satisfatória”.

A crescente multiculturalidade que se verifica nos diferentes países, espaços e sectores da vida pública tem conduzido a esforços na reformulação de estratégias e políticas com o objectivo de melhorar a integração social, a educação, o desenvolvimento e a comunicação entre os diferentes gru-

pos que coabitam no mesmo espaço. (WIEVIORKA, 1996; KYMLICKA, 2001; WOLTON, 2003). Como salienta o Conselho da Europa (2001, p. 22) é necessário “evitar os perigos que possam resultar da marginalização daqueles que não possuem capacidades necessárias para comunicarem numa Europa interactiva”.

Torna-se indispensável desenvolver estratégias e intervenções psico-sócio-educativas, para que os profissionais e os cidadãos possam situar-se e enfrentar, de uma forma competente, responsável e reflectida, as diversidades individuais e culturais que encontram no seio da sociedade e das instituições, assim como os desafios e problemas que coloca a educação e a comunicação com indivíduos com referências linguísticas e culturais diferentes, desenvolvendo em todos, grupos majoritários ou minoritários: uma melhor compreensão da sua própria cultura e das outras culturas; uma maior capacidade de comunicação com os membros da sua cultura ou pertencentes a outros grupos e culturas.

A experiência intercultural, o encontro intercultural é influenciado por representações sociais, preconceitos, estereótipos, projecções culturais, ideológicas e políticas. Estas representações, estas imagens, deverão ser reconhecidas na sua subjectividade e objectividade através de uma formação adequada que permita compreendê-las, situando-as nos contextos psico-sócio-históricos de origem e analisando as suas funções na dinâmica das relações entre os indivíduos, as culturas e as nações.

As problemáticas interculturais implicam o desenvolvimento de competências culturais, sociais, pedagógicas, comunicacionais, de competências individuais e de cidadania que permitam interacções sociais harmoniosas entre os indivíduos, os grupos e as culturas e que promovam a consciencialização cultural, o diálogo intercultural e o funcionamento democrático das sociedades (RAMOS, 2007; 2008).

O desenvolvimento da comunicação e educação intercultural é importante já que pode contribuir: para desenvolver em todos os indivíduos, pertencentes a grupos minoritários ou não, atitudes e comportamentos adaptados ao contexto da diversidade individual e grupal; para desenvolver um outro olhar sobre nós mesmos e o Outro; para promover aptidões que conduzam a um processo de consciencialização cultural e a uma melhor capacidade de comunicação e de participação na interacção social; para desenvolver uma melhor compreensão dos mecanismos psicossociais e factores sociopolíticos susceptíveis de originarem a rejeição, a intolerância, a violência e o racismo.

### Diversidade Cultural e Interculturalidade

A UNESCO tem-se preocupado em reconhecer a igualdade de todas as culturas e em definir a diversidade cultural, constituindo esta uma questão política e um conceito institucionalizado de política internacional. A diversidade cultural é reconhecida pela UNESCO (2001; 2005; 2007) como uma “característica inerente à humanidade”, um “património comum” e uma fonte de “um mundo mais rico e diversificado que alarga a possibilidade de escolhas e fortalece as capacidades e os valores humanos”.

A adopção pela UNESCO (2005; 2007) da “*Convenção para a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*” representa uma etapa fundamental para a emergência do direito cultural internacional e para o reconhecimento da diversidade cultural como fonte de justiça, de igualdade e de paz. Esta Convenção constitui um instrumento jurídico internacional, já que “[...] pela primeira vez na história do direito internacional, a cultura encontra o seu lugar na agenda política, com o objectivo de humanizar a globalização” (UNESCO, 2007, p. 6).

Esta Convenção visa criar condições que permitam

às culturas desenvolverem-se e interagirem abertamente de modo a um enriquecimento mútuo, pertencendo aos Estados, em colaboração com a sociedade civil, intervirem através de acções concretas a diferentes níveis: ao nível nacional (através dos governos); ao nível internacional (através do controlo colectivo dos Estados signatários); ao nível nacional e transnacional (através da sociedade civil) (UNESCO, 2007).

A experiência da diversidade, da alteridade e da complexidade estão no cerne da interculturalidade, implicando uma novo paradigma e abordagem. O paradigma intercultural no âmbito da diversidade cultural vem desafiar os paradigmas tradicionais e colocar novos desafios teóricos e metodológicos ao nível da pesquisa, da intervenção e da formação, implicando um paradigma conceptual e epistemológico, comum às diferentes áreas disciplinares que tratam a complexidade e a pluralidade.

O paradigma intercultural introduz a pluralidade, a heterogeneidade, a complexidade na pesquisa e na intervenção; exige uma perspectiva multi/interdisciplinar, na medida em que os objectos do domínio intercultural são objectos complexos, plurais, heterogéneos e pluridimensionais, que não podem ser reduzidos a uma única abordagem disciplinar; permite apreender as situações e os problemas em termos de dinâmicas, de processos, de relações e de estratégias; implica uma ética da relação humana e da relação pedagógica; implica uma abordagem interaccionista e multidimensional dos fenómenos e dos problemas; implica interrogar, “colocar em questão”, análises, práticas, identidades, pertenças, significações culturais e sociais e sistemas de valores próprios de cada um; articula-se entre o nacional e o transnacional, entre o particular e o universal, entre o mesmo e o Outro, espaço ao dispor de todos e onde cada um se constrói a si mesmo em relação ao Outro; implica um processo de descentração que

conduz cada um a melhor delimitar a sua própria identidade; reconhece que a universalidade e o relativismo cultural, ao mesmo tempo em que são complementares, traduzem simultaneamente a unidade e a diversidade da espécie humana.

O objectivo da abordagem intercultural não é “catalogar” o Outro, fechando-o numa rede de simplificações e numa identidade rígida, nem estabelecer um conjunto de comparações através de uma base etnocêntrica. Ao nível metodológico, deve acentuar-se, em primeiro lugar, as relações que o Eu (individual ou colectivo) estabelece com o Outro, o conhecimento de nós próprios, da nossa identidade e o reconhecimento do outro (alteridade), assim como, a “abertura” identitária (ABDALLAH-PRETCEILLE, 1985; CAMILLERI, 1985; RAMOS, 2001; 2002; 2007).

Como salienta Hannoun (1987, p. 104):

O objectivo do interculturalismo não é o divórcio do universal e do particular, mas o reencontro, ou seja, a organização de um contexto social e interindividual, que tenha em conta um processo dialéctico ligando o Outro e o Eu, o Outro e o Mesmo, a abertura ao mundo e o reconhecimento de si.

A interculturalidade é também, um instrumento para promover a coesão social, o exercício da cidadania, a igualdade de oportunidades e uma integração adequada de todos os grupos. Como salienta Clanet (1993, p. 21):

A interculturalidade é o conjunto dos processos psíquicos, relacionais, grupais, institucionais [...] originados pelas interacções das culturas, numa relação de trocas recíprocas e numa perspectiva de sal-

vaguarda de uma relativa identidade cultural dos parceiros em relação.

A noção de interculturalidade implica conceber a cultura numa perspectiva antropológica, como universo de significações particulares a um grupo, sendo importante conceber “[...] a cultura como relação particular ao mundo de um determinado grupo, o que inclui um conjunto de normas, de valores, de modos de vida, de ritos, assim como, uma língua que o grupo transmite, elementos que são constitutivos da sua identidade cultural” (CLANET, 1993, p. 108).

A cultura assegura uma função simbólica que se transmite através de mitos, de ritos e de crenças e integra o indivíduo num “nicho” cultural e desenvolvimental no qual evolui. Os indivíduos e os grupos partilham com os outros a sua herança cultural, herança que é transmitida de geração em geração através de processos formais e informais, conscientes e inconscientes (socialização e enculturação) ao longo do ciclo de vida (RAMOS, 2001; 2002; 2003).

O intercultural implica relação, diálogo e comunicação entre as diferentes culturas, através dos indivíduos e grupos portadores dessas culturas, em situações interculturais diversas, ou seja, em situações na qual se encontram e interagem indivíduos, grupos e instituições originários de universos culturais diferentes. Implica, igualmente, uma perspectiva de relativismo cultural, no sentido de que todo o julgamento de valor é relativo ao contexto cultural no seio do qual é produzido. Contudo, se o relativismo cultural permite reduzir os efeitos do etnocentrismo, ou seja, a tendência para emitir juízos sobre as outras culturas tendo a nossa cultura como referência e como superior, o mesmo não poderá ser utilizado como justificação de todos os comportamentos atribuídos à cultura.

A reflexão sobre a diversidade cultural através da pers-

pectiva intercultural reenvia aos conceitos de reciprocidade, de “complexidade” (MORIN, 1990), de “complementaridade” (DEVEREUX, 1992) e de “facto social total” (MAUSS, 1950).

A abordagem intercultural exige: um esforço contra o etnocentrismo, os estereótipos e os preconceitos; um trabalho de descentração e de metaconhecimento da sua própria identidade cultural e do papel que ela desempenha na construção identitária, obrigando a reflectir sobre a sua cultura, sobre a sua própria identidade cultural; a promoção de um novo modelo de comunicação, de negociação e de gestão da diversidade cultural; desenvolver processos reflexivos, modelos pedagógicos e competências que contribuam na construção de sociedades democráticas e equitativas e de cidadãos e profissionais implicados e responsáveis, que permitam fazer face às diferentes situações que encontram na sociedade e no mundo do trabalho e que favoreçam o trabalho em equipa e inter/multidisciplinar e não apenas a aquisição de conhecimentos e a aprendizagem de uma simples profissão; promover a comunicação e a cooperação com os outros nas diferentes actividades humanas; aprender a dialogar com as outras culturas e aprender a conhecer o Outro e a sua cultura; aceitar negociar e propor compromissos de modo a evitar comportamentos de rejeição ou de assimilação; aprender a construir projectos e a encontrar soluções em conjunto para a resolução de conflitos e para a compreensão das relações interculturais e de interdependência cada vez maiores (RAMOS, 2007).

As problemáticas do domínio intercultural exigem:

- o desenvolvimento de competências individuais que permitam interacções sociais harmoniosas entre os indivíduos e as culturas e que promovam uma atitude de descentração, a qual permitirá flexibilizar e relativizar princípios e modelos apresentados como únicos e universais e evitar muitos comportamentos de intolerância e discriminação;

- o desenvolvimento de competências interculturais, sobretudo linguísticas, comunicacionais e pedagógicas, que facilitem por um lado, a comunicação intercultural e a consciencialização cultural e, por outro lado, que promovam uma educação e ensino interculturalmente competentes e educadores e profissionais culturalmente sensíveis e implicados;
- o desenvolvimento de competências de cidadania, que tornem possível o funcionamento democrático das sociedades e das próprias instituições educativas e sociais. (RAMOS, 2001; 2002; 2003; 2007).

### Políticas e Estratégias de Promoção da Educação e Comunicação Intercultural

Uma pedagogia da relação intercultural baseada na compreensão e na tolerância, no reconhecimento do outro e da diversidade, deverá ajudar cada um a determinar as suas próprias representações, preconceitos e modelos do seu sistema de valores, assim como, a identificar as representações, preconceitos e sistemas de valores dos outros indivíduos e grupos, constituindo um meio de “aprendizagem” do Outro, de compreensão intercultural, de luta contra o etnocentrismo e a xenofobia.

Os estereótipos, os preconceitos e o etnocentrismo constituem barreiras, “filtros culturais” à comunicação intercultural (SAMOVAR & PORTER, 1988; LADMIRAL & LIPIANSKY, 1992; COHEN-ÉMERIQUE, 1993) e estão na origem de conflitos e incompreensão entre grupos minoritários e majoritários.

Todorov (1988) salienta que a comunicação intercultural poderá ajudar na consciencialização de que um melhor conhecimento do outro conduz a um melhor conhecimento de nós mesmos.

Para desenvolver a competência na comunicação e nas relações interculturais, é importante a tomada de consci-

ência do grau de determinismo cultural dos nossos comportamentos, é necessário desenvolver a “consciencialização cultural”, a qual constitui um processo de aprendizagem cultural, que visa desenvolver a capacidade de analisar o mundo do ponto de vista de uma outra cultura e as competências para reconhecer as diferenças e a pluralidade. (HOOPEs, 1980). Este autor identifica cinco domínios, onde uma consciência insuficiente das diferenças culturais pode introduzir problemas na comunicação: os esquemas perceptivos; os princípios e valores culturais; os modelos cognitivos; os comportamentos rotineiros; os estilos de comunicação (RAMOS, 2001; 2003).

É importante ter em conta as dimensões “ocultas” da comunicação e da cultura e as suas relações ao contexto, ao tempo e ao espaço, as quais têm influência na comunicação intercultural (HALL, 1971; 1984).

Reboul (1993) destaca três competências necessárias no âmbito da competência cultural: competência fundamental, aquela que cada um deve adquirir para tornar-se um adulto crítico; competência especializada, a qual poderá adquirir-se através de um ofício/profissão mas, também, por actividades sociais ou integradas nos tempos livres; competência do “ser”, a qual permite a cada um tornar-se um ser responsável e autónomo capaz de julgar a realidade com maturidade e discernimento.

Para desenvolver as aptidões de comunicação intercultural e a compreensão recíproca entre indivíduos, grupos e culturas, é importante, nomeadamente:

– aprender a conhecer-se a si mesmo. É importante aprender a identificar os seus sentimentos e atitudes. É necessário ter consciência dos seus preconceitos e atitudes etnocêntricas e egocêntricas, do seu próprio estilo de comunicação, assim como, ter consciência de que não comunicamos, somente, através de actos conscientes e deliberados, mas, também, in-

conscientes e por toda a nossa forma de interagir com o meio envolvente;

– aprender a descobrir e a compreender o “sentido” de normas e valores, os quadros de referência dos outros e os códigos culturais respectivos, o que permitirá estabelecer relações mais abertas e flexíveis e uma comunicação mais enriquecedora e satisfatória;

– evitar julgamentos rápidos e superficiais, estereótipos e atitudes etnocêntricas, o que permitirá colocar-se no lugar do outro, de forma a tentar compreender as coisas do seu ponto de vista, o que permitirá a descentração. A atitude e a prática da descentração, dá-nos a capacidade relativizar e de visualizar uma situação através de várias perspectivas e outros quadros de referência, ajuda cada um a adoptar uma certa distância em relação a si mesmo e conduz à autorreflexão constituindo uma das atitudes que todos os profissionais, particularmente os educadores, têm de trabalhar em permanência (PIAGET, 1970);

– desenvolver a empatia, o que implica a capacidade de se colocar no lugar do outro e o reconhecimento do Homem na sua individualidade e singularidade;

– dispor de tempo para comunicar, para compreender uma situação, estar atento às mensagens silenciosas da comunicação não verbal, assim como aprender a respeitar os ritmos e os estilos de comunicação próprios a cada indivíduo e a cada cultura;

– desenvolver estratégias e intervenções educativas interculturais, incluindo uma formação centrada sobre a cultura dos diferentes grupos ou comunidades presentes no mesmo espaço educacional ou social. O projecto “Educar para a Diversidade” constitui um exemplo deste tipo de formação, ao promover o conhecimento e a compreensão de elementos histórico-culturais, de formas de pensar e agir de diferentes grupos culturais presentes na sociedade portuguesa, por exem-

plo, populações originárias de Cabo-Verde, Goa e Timor-Leste (RAMOS, 1997; 1998);

– respeitar a diversidade linguística e as línguas maternas e promover a aprendizagem de línguas estrangeiras e intervenções educativo/pedagógicas que conduzam à descentração, ao respeito e reconhecimento do Outro, das identidades, das diversidades, numa sociedade e educação cada vez mais plurais, heterogêneas e globais (ABDALHAH-PRETCEILLE, 1986; LYNCH, 1991; OUELLET, 1991; OUANE, 1995; DASEN & PERREGAUX, 2002; BANKS, 1994; 1997).

Como refere Giraud (1995, p. 60) a pedagogia intercultural não deverá ser considerada uma “educação para imigrantes” mas, “deverá ser integrada no centro do sistema escolar, como uma abordagem global que concerne todos os alunos, qualquer que seja a sua origem, ser comum a todos os domínios de ensino, estar presente no maior número possível de actividades pedagógicas e nas relações da escola com o meio em que está inserida”.

A instituição educativa deverá constituir um *locus* cultural e educativo de aprendizagens, em particular de aprendizagem multi/intercultural, de comunicação entre as diferenças, de vivência e aprendizagem cultural, de troca de saberes, de incentivo à descoberta e à mobilidade, aberta à diversidade e à comunidade onde está inserida, respeitando as diferenças, especialmente, as de género, idade, etnia/cultura e religião.

A introdução na escola de estratégias e intervenções educativo/pedagógicas e curriculares multi/interculturais, disposições contra a discriminação e as atitudes racistas, formação adequada dos professores, revisão dos programas e dos materiais didácticos, metodologias e práticas adequadas às características individuais e culturais das crianças e jovens assim como, uma maior valorização da cultura dos alunos e uma melhor comunicação entre a escola, a família e a sociedade poderão desempenhar um papel importante a vários ní-

veis: na promoção da comunicação intercultural e da cidadania; na revalorização do repertório cultural dos alunos; na redefinição de identidades sociais e culturais; no aumento do capital sociopolítico dos alunos; na prevenção da violência, do insucesso escolar e das patologias que podem estar na origem; e, ainda, na promoção da autoestima, bem-estar e desenvolvimento dos alunos e das famílias, principalmente de grupos minoritários (ABDELLAH-PRETCEILLE, 1986; OUELLET, 1991; LYNCH, 1991; BRUNER, 1991; BANKS, 1994; 1995; RAMOS, 2001; 2005; 2007; 2008).

Para Banks (1994) uma escola pluricultural deverá ter em conta alguns princípios: alteração de atitudes, crenças e práticas dos docentes e não docentes; currículo e plano de estudos orientados para a diversidade; adaptação dos estilos de aprendizagem e ensino; revisão dos materiais didácticos introduzindo elementos multiculturais; respeito pelas diferentes línguas; valorização das diversidades culturais e do currículo oculto; modificação dos modelos de avaliação dando atenção a outros elementos para além das competências cognitivas/intelectuais; programas de orientação e aconselhamento que ajudem os alunos de minorias a fazerem escolhas quanto à carreira.

Camilleri (1999) apresenta alguns princípios de base de uma pedagogia intercultural, nomeadamente:

- compreender a lógica interna de cada cultura, as singularidades de cada cultura de acordo com o contexto específico onde são construídas. Esta perspectiva poderá contribuir para promover a autoconfiança do indivíduo relativamente às suas diferenças culturais e a percepção que a sua cultura é tão respeitável quanto as outras e combater os preconceitos e os juízos de valor negativos;
- educar para o relativismo, como factor importante para combater as atitudes etnocêntricas;
- não considerar as culturas como estáticas e fechadas, mas

como processos dinâmicos, abertos e em constante mudança tendo em conta as interações e transformações que ocorrem nos contextos em que se desenvolvem;

- compreender e reflectir sobre os mecanismos de exclusão e de racismo, fornecer informação psicossociológica sobre os processos que originam a heterofobia, a rejeição psicológica daquele que é diferente e os procedimentos de a combater;
- desenvolver um trabalho de informação e de formação sobre a negociação dos conflitos à escala nacional e internacional, de cariz social, económico, político e cultural ou, ainda, sobre conflitos entre valores fundamentais, nomeadamente atentados aos direitos humanos.

Lipiansky (1999) salienta algumas das perspectivas e respostas que a escola tem desenvolvido face à diversidade cultural:

- considerar a diversidade cultural como um obstáculo e uma dificuldade a eliminar. Nesta perspectiva, a alteridade e a diferença são consideradas de uma forma negativa e problemática, devendo ser reduzidas ou eliminadas através de uma pedagogia compensatória, mediante apoios educativos tendo em vista a aprendizagem da língua e cultura da sociedade de acolhimento;

- reconhecer a multiculturalidade, o relativismo cultural, a coerência, especificidade e igual valor de cada cultura, assim como promover a abertura dos alunos à diversidade de culturas;

- reconhecer e respeitar a diferença cultural, não devendo esta ser considerada como um problema. A diferença cultural deverá constituir apoio e identidade da escola e servir de base para promover a reflexão sobre a diversidade de culturas, o modo de combater os estereótipos e os preconceitos e favorecer a tolerância. A escola deverá integrar e promover a cultura e a língua de origem das crianças migrantes e/ou nacionais. Foram realizadas algumas críticas a esta pedagogia “diferenciada”, no sentido de que ela pode conduzir a um acen-

tuar das diferenças e fechar as crianças e os jovens numa identidade fixa. Sob o pretexto do reconhecimento da cultura e da alteridade, ela poderá estigmatizá-los como diferentes;

- considerar que a instituição educativa deve constituir um espaço de cidadania, um lugar de aprendizagem da igualdade de todos os alunos, indiferentemente das suas origens sociais, culturais e religiosas. Não se trata de promover as diferenças, mas de promover uma ideologia universal baseada nos direitos do Homem e deveres e direitos do cidadão, devendo a escola facilitar a integração de todos os alunos através de uma cultura comum a todos e universal.

Para Lipiansky (1999), ao nível pedagógico é necessário uma política e prática intercultural mais alargadas na escola, não devendo a educação intercultural ser limitada às crianças migrantes e de minorias e à aprendizagem de línguas. É necessário saber comunicar em contexto intercultural, aprender a reconhecer a diversidade de códigos culturais, tomar consciência da sua própria identidade cultural, ser capaz de ultrapassar os estereótipos e os preconceitos, conhecer melhor as instituições, as culturas e as características sociais, políticas e culturais dos diferentes países.

### Considerações finais

Segundo Mayor (1999, p. 458) “a educação e a cultura são os únicos pilares duráveis da paz e da segurança humana”.

Para uma abertura ao mundo e à diversidade é necessário enraizar a educação num modo de pensamento e de saber que seja capaz de contextualizar o singular, o particular e o local, de colocar o global em relação com o particular e as partes, de articular a unidade e a pluralidade e de integrar o conhecimento da diversidade cultural e da condição humana como necessidades de toda a cultura humanista.

A educação para formar os cidadãos do século XXI deverá promover o conhecimento e respeito da diversidade

cultural, o acesso na equidade, a aprendizagem ao longo da vida, a solidariedade nacional e internacional, a formação de cidadãos não só nacionais, mas também do mundo e, ainda, uma cultura humanista que inscreva os homens e as mulheres no mundo e na tomada de consciência do destino comum a todos os Homens.

É importante um paradigma de abordagem da diversidade cultural e dos grupos minoritários, não como um problema, mas como um recurso de capacitação e revalorização de identidades culturais e de cidadania, uma oportunidade de desenvolvimento individual, social e cultural e um processo de resiliência, fortalecendo as competências dos indivíduos e dos grupos para se consciencializarem dos seus direitos e deveres e para enfrentarem a mudança e o seu próprio desenvolvimento, integração e destino de uma forma positiva e participativa.

É indispensável integrar a problemática da diversidade intercultural e da interculturalidade, na formação dos diversos agentes sociais, sanitários, educativos, judiciários e políticos, seja dos que trabalham nas sociedades industrializadas, confrontadas com um crescente aumento de famílias, crianças, jovens e profissionais provenientes de outras culturas e de minorias, seja dos que trabalham em países em vias de desenvolvimento ou, ainda, os que trabalham ao nível da cooperação internacional, em acções humanitárias ou diplomáticas.

A perspectiva intercultural e a diversidade deverão ser integradas numa perspectiva mais ampla de construção da sociedade e de igualdade de oportunidades. Os Estados têm de desenvolver políticas públicas e os cidadãos e profissionais têm de promover boas práticas de modo a promover a participação de todos na sociedade e o diálogo intercultural, a acolher a diversidade e a gestão cultural e, ainda, a reforçar a participação e a construção de uma sociedade mais demo-

crática, inclusiva e solidária.

A cultura e a diversidade deverão estar no centro do processo educativo e do desenvolvimento humano e social, sendo importante que se faça da diversidade, da cultura e da mobilidade uma oportunidade de enriquecimento, aprendizagem e inclusão ao ritmo de um mundo global e de uma sociedade plural, respeitando e partilhando tradições culturais, competências e saberes. (ABDALHAH-PRETCELLE, 1986; OUELLET, 1991).

Como acentua Wolton (2003, p. 205): “Aprender a gerir a diversidade cultural constitui a verdadeira riqueza das sociedades futuras”.

### Referências

- ABDALHAH-PRETCELLE, M. & PORCHER, L. *Education et communication interculturelle*. Paris: PUF, 1986.
- BANKS, J. *An introduction to multicultural education*. Massachusetts: Allyn and Bacon, 1994.
- BANKS, J. *Educating citizen in a multicultural society*. New York: Teachers Columbia University, 1997.
- BRUNER, J. *Car la culture donne forme à l'esprit*. Paris: Eshel, 1991.
- CAMILLERI, C. *Anthropologie Culturelle et Education*. Lausanne: UNESCO, Delachaux et Niestlé, 1985.
- CLANET, C. *L'interculturel. Introduction aux approches interculturelles en education et en sciences humaines*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1993.
- COMISSÃO EUROPEIA. *Igualdade e combate à discriminação na União Europeia alargada* “livro verde. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2004.
- CONSELHO DA EUROPA. *Diversity and cohesion: new challenges for the integration of immigrants and minorities*. Strasbourg:

cultural, o acesso na equidade, a aprendizagem ao longo da vida, a solidariedade nacional e internacional, a formação de cidadãos não só nacionais, mas também do mundo e, ainda, uma cultura humanista que inscreva os homens e as mulheres no mundo e na tomada de consciência do destino comum a todos os Homens.

É importante um paradigma de abordagem da diversidade cultural e dos grupos minoritários, não como um problema, mas como um recurso de capacitação e revalorização de identidades culturais e de cidadania, uma oportunidade de desenvolvimento individual, social e cultural e um processo de resiliência, fortalecendo as competências dos indivíduos e dos grupos para se consciencializarem dos seus direitos e deveres e para enfrentarem a mudança e o seu próprio desenvolvimento, integração e destino de uma forma positiva e participativa.

É indispensável integrar a problemática da diversidade intercultural e da interculturalidade, na formação dos diversos agentes sociais, sanitários, educativos, judiciários e políticos, seja dos que trabalham nas sociedades industrializadas, confrontadas com um crescente aumento de famílias, crianças, jovens e profissionais provenientes de outras culturas e de minorias, seja dos que trabalham em países em vias de desenvolvimento ou, ainda, os que trabalham ao nível da cooperação internacional, em acções humanitárias ou diplomáticas.

A perspectiva intercultural e a diversidade deverão ser integradas numa perspectiva mais ampla de construção da sociedade e de igualdade de oportunidades. Os Estados têm de desenvolver políticas públicas e os cidadãos e profissionais têm de promover boas práticas de modo a promover a participação de todos na sociedade e o diálogo intercultural, a acolher a diversidade e a gestão cultural e, ainda, a reforçar a participação e a construção de uma sociedade mais demo-

crática, inclusiva e solidária.

A cultura e a diversidade deverão estar no centro do processo educativo e do desenvolvimento humano e social, sendo importante que se faça da diversidade, da cultura e da mobilidade uma oportunidade de enriquecimento, aprendizagem e inclusão ao ritmo de um mundo global e de uma sociedade plural, respeitando e partilhando tradições culturais, competências e saberes. (ABDALHAH-PRETCEILLE, 1986; OUELLET, 1991).

Como acentua Wolton (2003, p. 205): “Aprender a gerir a diversidade cultural constitui a verdadeira riqueza das sociedades futuras”.

### Referências

- ABDALHAH-PRETCEILLE, M. & PORCHER, L. *Education et communication interculturelle*. Paris: PUF, 1986.
- BANKS, J. *An introduction to multicultural education*. Massachusetts: Allyn and Bacon, 1994.
- BANKS, J. *Educating citizen in a multicultural society*. New York: Teachers Columbia University, 1997.
- BRUNER, J. *Car la culture donne forme à l'esprit*. Paris: Eshel, 1991.
- CAMILLERI, C. *Anthropologie Culturelle et Education*. Lausanne: UNESCO, Delachaux et Niestlé, 1985.
- CLANET, C. *L'intercultural. Introduction aux approches interculturelles en education et en sciences humaines*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1993.
- COMISSÃO EUROPEIA. *Igualdade e combate à discriminação na União Europeia alargada* “livro verde. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2004.
- CONSELHO DA EUROPA. *Diversity and cohesion: new challenges for the integration of immigrants and minorities*. Strasbourg:

- Publ. Conselho da Europa, 2000.
- CONSELHO DA EUROPA. *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas - Aprendizagem, Ensino, Avaliação*. Porto: Edições Asa, 2001.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Educação intercultural e cidadania europeia*. Lisboa: Ed. do C.N.E/ M. da Educação, 2000.
- COHEN-ÉMERIQUE, M. *Travailleurs sociaux et interculturel: quelle démarche?* GRONG-DAHMANE, F. (Ed.). *Enfants d'ici, enfants d'ailleurs*. Ramonville Sainte-Agne: Érès, 1993.
- DASEN, P. & PERREGAUX, C. (Eds). *Pourquoi des approches interculturelles en sciences de l'éducation?* Bruxelles: De Boeck Université, 2002.
- DELORS, J. et al. *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO. Comissão internacional sobre a educação para o século XXI. Porto: Editora Asa, 1996.
- DEVEREUX, G. *Ethmopsychanalyse complémentariste*. Paris: Flammarion, 1992.
- HALL, E. *Au-delà de la culture*. Paris: Seuil, 1971.
- HALL, E. *Le langage silencieux*. Paris: Seuil, 1984.
- HOOPES, David. *Intercultural communication, concepts and the psychology of intercultural experience*. In: PUSCH, M. (Ed.). *Multicultural education: a cross cultural training approach*. La Grange Park, IL: Interculturel Press, 1980.
- KYMLICKA, W. *Politics in the Vernacular: Nationalism, Multiculturalism and Citizenship*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- LABAT, C. & VERMES, G. (Eds). *Cultures ouvertes. Sociétés Interculturelles*. Paris: L'Harmattan, 1994.

- LADMIRAL, J.R. & LIPIANSKY, E.M. *La communication interculturelle*. Paris: Armand Colin, 1992.
- LEVI-STRAUSS, C. *Tristes tropiques*. Paris: Plon, 1973.
- LYNCH, J. *Education for citizenship in a multicultural society*. Trowbridge: Dotesios, 1991.
- MAUSS, M. *Sociologie et Anthropologie*. Paris: PUF, 1950.
- MAYOR, F. *Un monde nouveau*. Paris: Odile Jacob, 1999.
- MORIN, E. *Introduction à la pensée complexe*. Paris: ESF, 1990.
- OUANE, A. *Vers une culture multilingue de l'éducation*. Hambourg: UNESCO, 1995.
- OUELLET, F. *L'éducation interculturelle. Essai sur le contenu de la formation des maîtres*. Paris: L'Harmattan, 1991.
- PIAGET, J. *Epistémologie des Sciences de l'Homme*. Paris: Gallimard, 1970.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO-PNUD. *Relatório do desenvolvimento humano*. Liberdade cultural num mundo diversificado. Lisboa: Editora Mensagem, 2004.
- RAMOS, N. (Dir.). *Educar para a diversidade*. Cabo Verde. Scripto e video. Lisboa, Cemri, Univ. Aberta, 1997.
- RAMOS, N. (Dir.). *Educar para a diversidade*. Timor Leste. Scripto e video. Lisboa, Cemri, Univ. Aberta, 1997.
- RAMOS, N. (Dir.). *Educar para a diversidade*. Goa. Scripto e video. Lisboa, Cemri, Univ. Aberta, 1998.
- RAMOS, N. *Comunicação, cultura e interculturalidade: Para uma comunicação intercultural*. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Coimbra, vol. 35, n. 2, pp. 155-178, 2001.
- RAMOS, N. *Communication, éducation et interculturalité*. Vers

une éducation à la tolérance. *Dialogos*, Bucarest, n. 5, pp. 68-75, 2002.

RAMOS, N. *Interculturalité, communication et education*. Bucarest: Ed. Melina Press, 2003.

RAMOS, N. Educação, Saúde e Culturas. Novas perspectivas de investigação e intervenção na infância. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Coimbra, vol. 36, n. 1,2,3, pp. 463-487, 2002.

RAMOS, N. Famílias e crianças em contexto de pobreza e exclusão "do desenvolvimento à saúde e à educação. *Psychologica*, Coimbra, vol. 38, pp. 241-263, 2005.

RAMOS, N. Interculturalidade, Educação e Desenvolvimento – O caso das crianças migrantes. In: BIZARRO, R. (Org.) *Eu e o Outro. Estudos multidisciplinares sobre identidade(s), diversidade(s) e práticas interculturais*. Porto: Areal Editores, pp. 367-375, 2007.

RAMOS, N. Sociedades multiculturais, interculturalidade e educação. Desafios pedagógicos, comunicacionais e políticos. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Coimbra, vol. 41, n. 3, pp. 223-224, 2007.

RAMOS, N. Crianças e famílias em contexto migratório e intercultural. Desafios às práticas e políticas educacionais, sociais e de cidadania. *Educação, Interculturalidade e Cidadania*. Bucarest: Ed. Milena Press, pp. 53-72, 2008.

RAMOS, N. (coord.). *Educação, Interculturalidade e Cidadania*. Bucarest: Milena Press, 2008.

REBOUL, O. *Q'est-ce qu'apprendre*. Paris: Presses Universitaire de France, 1993.

SAMOVAR, L. & PORTER, R. *Intercultural communication*. Belmont (CA): Wodsworth Pub, 1988.

TODOROV, T. *Nous et les autres*. Paris: Seuil, 1988.

UNESCO. *Déclaration Universelle sur la Diversité Culturelle*. Paris: UNESCO, 2001.

UNESCO. *Convention sur la Protection et la Promotion de la Diversité des Expressions Culturelles*. Paris: UNESCO, 2005.

UNESCO. *Dix clés pour la Convention sur la Protection et la Promotion de la Diversité des Expressions Culturelles*. Paris: UNESCO, 2007.

WIEVIORKA, M. (dir.). *Une société fragmentée. Le multiculturalisme en débat*. Paris: La Découverte, 1996.

WOLTON, Dominique. *L'autre mondialisation*. Paris: Flammarion, 2003.